

DISCURSO DE S. EXA. O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

V REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DA CPLP

10h45 | 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Exmo. Senhor Secretário Executivo da CPLP,

Exmo. Senhor Diretor de Cooperação da CPLP,

Senhoras Ministras e Ministros da Saúde dos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP),

Senhores Embaixadores junto da CPLP,

Exmo. Senhor Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical,

Exma. Senhora Presidente da Fundação Oswaldo Cruz: FIOCRUZ,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com enorme honra que me encontro aqui hoje, em representação de S. Exa. a Ministra da Saúde para participar na V Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na cidade de Lisboa.

Permitam-me, por isso, manifestar a minha satisfação por este encontro ser realizado em Portugal. Porque esta é, também, a vossa/ a nossa casa.

O Governo da República Portuguesa sempre reconheceu e reconhece a lusofonia como um espaço económico, educativo e identitário. Um espaço de verdadeira valorização linguística, de **valorização** da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa e da cooperação diplomática, com vista ao desenvolvimento humano, político, económico, científico, cultural e social.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, enquanto projeto agregador, pela sua tradição e pela sua história, tem promovido uma cultura aberta, uma cultura de diálogo, mas também de **compromisso** entre cada um dos Estados-Membros. E é através desse **capital de confiança** que estamos aqui hoje, a dar continuidade a esta partilha, a estas sinergias para o desenvolvimento social e económico, de partilha de conhecimento, de cooperação institucional, económica e política em setores decisivos com destaque particular para a saúde pública.

Portugal aderiu em 2015 à **Agenda das Nações Unidas**, para a concretização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os quais regem a nossa ação política, já que se trata da única agenda universal e multilateral em que se expressa uma visão comum para a Humanidade, numa perspetiva de equiparação de pessoas independentemente da sua história no mundo. O próximo **Plano Nacional de Saúde** desenvolver-se-á sob a égide destes mesmos objetivos.

O Plano Nacional de Saúde baseia-se num Diagnóstico de Saúde robusto, e participado por todos os interessados, permite-nos focar no que é importante, e fazer as melhores escolhas, orientando a mudança para um melhor estado de saúde das nossas populações de forma partilhada e comprometida por todos os setores, **sem deixar ninguém para trás**.

O Plano Nacional de Saúde deve enquadrar e alinhar a ação política do Estado e a ação técnica dos serviços de saúde e das outras áreas da sociedade e da governação, permitindo atingir as mudanças desejadas.

Numa era global e além-fronteiras as questões de saúde e doença ganham cada vez mais, uma maior dimensão. Ao aderir à **Agenda 2030 das Nações Unidas**, Portugal assume um compromisso com a Saúde Global, assumindo a centralidade da Saúde no contexto do desenvolvimento, comprometendo-se no desenvolvimento de uma **estratégia de Saúde Sustentável**, isto é, uma estratégia que assume o **compromisso** de responder com efetividade às necessidades de saúde de hoje sem comprometer as gerações futuras.

A República Portuguesa tem promovido **processos de reforma do Sistema de Saúde**, através de uma **gestão mais eficiente** dos recursos disponíveis, um **melhor desempenho** das instituições de saúde e **melhores resultados em saúde**.

Estamos especialmente atentos ao desenvolvimento de políticas que **eliminem as desigualdades** nas suas múltiplas dimensões e promovam a **equidade**, preconizando o reforço das **parcerias**, a **participação** e o **compromisso**, e, como tal, a ação intersectorial aos diferentes níveis - nacional, regional e local.

A Saúde Pública tem vindo a ser **valorizada** enquanto área de intervenção, para a boa gestão dos sistemas de alerta e de resposta atempada dos serviços, o diagnóstico de situações problemáticas e a elaboração, com a comunidade, de planos estratégicos de ação:

- **Na área dos cuidados de saúde primários**, Portugal tem em curso um processo de reforma que visa expandir e **melhorar a capacidade da rede de cuidados de saúde primários**, com modelos de cuidados diferenciados como as Unidades de Saúde Familiar, com melhores infraestruturas e equipamentos, com profissionais mais motivados e novos tipos de resposta, em particular nas áreas da psicologia, nutrição, saúde oral, pediatria, ginecologia, meios complementares de diagnóstico e rastreios populacionais.

- **Na área hospitalar**, o caminho passa por adotar modelos inovadores na prestação de cuidados que promovam melhores resultados em saúde, mais autonomia às entidades, melhores tempos de resposta para consultas, diagnóstico e tratamento, maior eficiência e satisfação dos trabalhadores e utentes. **São exemplo** disso a implementação do Sistema Integrado de Gestão do Acesso, a criação de centros de responsabilidade integrados, o reforço de recursos humanos, a promoção da hospitalização domiciliária e cuidados de proximidade e em ambulatório.

Têm sido prioridades nos últimos anos a implementação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados; dos Planos Locais de Saúde em cumprimento do Plano Nacional de Saúde; o reforço da vigilância epidemiológica, da promoção da saúde, da prevenção primária, secundária e terciária.

- **Os desafios do envelhecimento populacional e da multimorbilidade** requerem abordagens de proximidade, e cuidados de saúde de qualidade,

visando a prevenção da autonomia, sem descurar a saúde das crianças e dos jovens, bem como o indispensável equilíbrio orçamental.

- Queremos **criar de unidades autónomas de gestão** (Centros de Responsabilidade Integrada) **de alto desempenho**, bem como o desenvolver a rede de prestação de cuidados continuados e paliativos, numa perspetiva de integração de cuidados.

- Pretendemos uma **gestão partilhada de recursos entre unidades que integram o SNS** e o desenvolvimento das tecnologias de saúde; há que reforçar os mecanismos de contratualização, de transparência e de auditoria e prosseguir na desmaterialização integral dos procedimentos com influência no ciclo da despesa.

- É necessário continuar a expandir e a melhorar a integração da **Rede de Cuidados Continuados** e de outros serviços de apoio às pessoas em situação de dependência, com especial relevo para os cuidados continuados integrados de **Saúde Mental**, sem descurar os cuidados preventivos, com especial relevo para a prevenção, desde a infância, dos problemas de visão, e para o diagnóstico precoce das doenças oncológicas. E há ainda que dar continuidade a uma política ativa para a **erradicação do VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis**...Combate para o qual estamos todos convocados.

Relativamente à **Regulação do Setor da Saúde**, temos em Portugal, a **Entidade Reguladora da Saúde e Inspeção-Geral das Atividades em Saúde**:

- **Entidade Reguladora da Saúde** foi criada em 2003, como um organismo independente, não sujeito à superintendência ou tutela governamental e dotado de autonomia administrativa e financeira. Esta entidade desenvolve um trabalho imprescindível na regulação da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores privado, público, cooperativo e social.

- A **Inspeção-Geral das Atividades em Saúde** tem por missão auditar, inspecionar, fiscalizar e desenvolver a ação disciplinar no sector da saúde. Esta autoridade pública tem orientado a sua atividade para a prevenção e deteção do desperdício, da fraude e da corrupção, no setor da saúde, garantindo que nenhum doente é prejudicado e garantindo, também, a qualidade do serviço prestado.

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde tem vindo a colaborar com outras entidades com atribuições semelhantes, nomeadamente com as Inspeções-Gerais dos países da CPLP, com os quais estabeleceu uma Rede de Instituições Públicas de Regulação e Inspeção do Setor da Saúde, **cuja proposta de Plano de Trabalhos a desenvolver até outubro 2020, aguarda aprovação de todos os membros.**

Para Portugal é essencial assegurar um investimento em prol da proteção da saúde de todos os cidadãos a situações que possam traduzir-se em potenciais **ameaças** para a saúde pública. Mas situações de ameaças, epidemias e desastres que ponham em risco a saúde pública carecem de respostas rápidas e respostas integradas e articuladas entre as entidades responsáveis pela vigilância epidemiológica.

O Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, que Portugal dispõe, é a pedra basilar e o ponto de partida para a deteção precoce, controlo, resposta e recuperação de certas ameaças. Necessitamos de continuar a promover um sistema de vigilância robusto de forma a identificar problemas e cooperar na definição de estratégias e políticas públicas. Dentro do quadro lusófono esta partilha de boas práticas e a cooperação estreita e facilitada mostra-se importante no controlo de **ameaças, epidemias e desastres**.

A afirmação da política dos cuidados de saúde primários e a promoção da cobertura universal de saúde tem sido um desígnio do nosso país.

Os cuidados de saúde primários são uma marca indelével da democratização da saúde e da aposta da proximidade aos cidadãos.

Hoje os cuidados de saúde primários são a porta de entrada do doente no sistema de público de saúde. Com a prestação de cuidados de saúde na ótica da promoção da saúde e prevenção da doença, promovemos uma cultura de diálogo e de presença assídua entre os profissionais de saúde e o doente. Isto significa maior proximidade, mais humanidade, maior participação e mais ganhos em saúde.

O reforço e a diversidade de oferta da rede de cuidados de saúde primários devem constituir uma prioridade para qualquer governo:

- Na realização de investimentos;
- Na aposta na literacia em saúde dos doentes;
- Na formação e capacitação de profissionais de saúde;
- Na promoção de modelos organizacionais inovadores na prestação de cuidados, que promovam a integração de cuidados e a proximidade aos utentes;
- E a introdução de tecnologia e inovação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A criação do Serviço Nacional de Saúde, em 1979, com carácter geral, universal e tendencialmente gratuito cumpriu o preceito constitucional e as aspirações da população portuguesa.

O carácter universal do Serviço Nacional de Saúde confere-lhe uma dinâmica específica, traduzindo-se num elemento de inclusão e coesão social fundamental para o bem-estar da sociedade portuguesa.

O percurso de Portugal na área da cobertura universal em saúde é um caso de sucesso que necessita de ser consolidado todos os dias e para o qual todos os profissionais de saúde e todos os cidadãos portugueses têm contribuído.

Portugal está empenhado, como sempre esteve, em trabalhar com os países da CPLP no sentido de aprofundar a colaboração tendo em vista atingir a cobertura universal em saúde.

Para terminar, gostaria apenas de dizer que é essencial valorizar a rede lusófona. **Nós** Estados-Membros, países irmãos, somos os garantes e os fieis depositários do legado, da história e do património que é a língua Portuguesa.

Da nossa parte, da parte do Governo da República Portuguesa, podem contar connosco para juntos contribuirmos para uma melhor prestação de cuidados saúde às nossas populações. Estamos inteiramente disponíveis para colaborar com outras autoridades competentes no sentido de partilhar a nossa experiência, através da participação em projetos concretos, de onde podem resultar importantes sinergias.

Para esse desiderato, necessitamos de congregar esforços e procurar oportunidades para definição de estratégias de cooperação, de forma a termos um espaço lusófono coeso, agregador e forte para os muitos desafios que temos pela frente, neste imenso espaço de Saúde Global que é o espaço das Comunidades de Língua Portuguesa.

Muito obrigado.